

**Acontecimentos econômicos na década de 1960.**

Discentes: Claudia Pereira Garcia e Patrici Ediane dos Santos

Este trabalho tem por finalidade indicar alguns ícones relevantes que aconteceram no âmbito econômico na década de 1960. Nele serão expostos os períodos e intenções políticas que desencadearam o movimento econômico do Brasil nesse período, sendo compreendido as deficiências econômicas da época com uma comparação entre o antes e o depois da ditadura militar. O estudo reflete sobre a cultura política e econômica e tem o propósito de desenvolver o interesse do leitor sobre essa transição.

Conforme Souza (2010), entre 1930 e 1964 observa-se um crescimento volumoso da economia brasileira. A taxa do crescimento do produto entre 1946 e 1964 atingiu marca próxima de 7% e o setor industrial obteve marcas superiores a 8%. Porém, no início de 1960, a sociedade brasileira encontrava-se em um impasse, que se refletiu no resultado da eleição presidencial daquele ano. Nela, Jânio Quadros fora eleito, tendo como seu vice-presidente, João Goulart, que fazia parte de outra chapa política. Assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1961. Os principais enfoques econômicos da campanha de Quadros e da Unidade Democrática Nacional (UDN) foram o pagamento da dívida externa e o controle da inflação, em detrimento do crescimento econômico obtido nos últimos anos. Para os principais expoentes do pensamento econômico udenista, as taxas diferenciadas de câmbio para as importações constituíam verdadeiro objeto de repulsa, e mesmo a industrialização substitutiva era considerada uma fuga à “verdadeira vocação econômica do país”, ou seja, a de país primário-exportador. Treinados e sustentados por órgãos diretamente vinculados ao interesse externo, tais quadros não poderiam ter opiniões distintas. Que essa se transformasse em política econômica, era a verdadeira aberração do período. A sua renuncia de 25 de agosto permitiu que João Goulart tomasse posse na Presidência da República, mesmo com rumores de que as forças armadas não tolerariam. O governo Goulart apresentou, ao mesmo tempo, um ambiente político mais hostil contra si e respostas políticas e administrativas mais efetivas. Contrariamente a seus antecessores, apresentou ações para conter elementos de curto prazo de uma crise instaladas há dois anos, e dois conjuntos de propostas apresentavam uma resposta articulada aos problemas estruturais que resultavam na própria crise, o Plano Trienal e as Reformas de Base. O Plano Trienal tratava-se mais de uma carta de intenções e diretrizes do que um planejamento. Comparadas às metas estabelecidas pelo plano para 1963, é que se pode perceber a sua ineficácia. Soares (2012) reforça, afirmando o fracasso do Plano Trienal em estimular o crescimento econômico. Souza (2010) destaca que ele merece destaque como uma iniciativa de planejamento bem-sucedida, contribuindo para a instauração de uma cultura de planejamento, como afirma Roberto Macedo:

[...] procurava-se mais uma hierarquização de problemas e um maior conhecimento da realidade, criando-se, assim, pré-condições para uma ação de planejamento mais profícua no futuro. Justamente neste aspecto estão as maiores contribuições do Plano Trienal, pois não se pode negar que a sua experiência foi valiosa. (Lafer, 1970, p. 67)

A estratégia de ação do Governo Goulart não se expressava por ações isoladas. Gonçalves (2003) diz que é um erro analisar o Plano Trienal, por exemplo, fora do escopo de reformas mais profundas, as quais receberam o nome de Reformas de Base. Eram mudanças sugeridas pelos ministros e pela base de apoio nacionalista e progressista, que envolviam um processo pacífico e não revolucionário. A crise da década de 1960 foi marcada pela polarização entre distintos interesses representados na sociedade brasileira. Como o jogo democrático dera a vitória às forças progressistas, a saída encontrada pelos representantes dos interesses dos latifundiários, do capital financeiro e do capital externo, foi a ruptura da ordem legal, por meio do golpe de 1°de abril, efetuava-se aí a ditadura militar.

 O primeiro resultado desse grupo foi o Plano de Ação Econômica do Governo, o Paeg. Este se apresentava como uma “política de ajuste”, um “remédio amargo”, dado em uma situação de “gravidade e emergência”. O paeg alterou as bases do crescimento econômico brasileiro do sentido do estímulo da demanda efetiva para a concentração de renda e a dependência externa, contrariando o sentido lógico do plano Trienal (1963), tratando-se de medidas e ajustes e não de desenvolvimento. O marechal Humberto de Alencar Castello Branco, assumiu a condição de presidente pela Junta Militar do “comando revolucionário”, conduzido indiretamente para levar o país ás eleições presidenciais de 1965, simplesmente não ás convocaria. O grupo castellista, composto por Castello branco e José Maria Alckmin, como vice-presidente. Este período foi marcado por cassações de direitos políticos opositores à ditadura e adversários políticos de Castello Branco. arrocho salarial dado entre 1965 e 1967 somou 26,72% e o Fundo de garantia de Tempo de Serviço (FGTS), marcaram a transformação econômica e social da população. Até 1970, a parcela 20% mais rica da população brasileira ampliou sua disponibilidade per capita de 100%, passando a abarcar 17,8% do PIB (eram 11,7% em 1960). Já os 20 % mais pobres ampliaram sua renda apenas em 7,5% reduzindo sua participação na distribuição do produto para 13,7% (eram 17,7% em 1960). Assim, o crescimento do produto que se observou entre 1960 e 1970, indica que um grupo maior de brasileiros trabalhou para desfrute de um grupo menor. Gonçalves (2003) evidencia através de tabela comparativa, que em 1963 o PIB no Brasil foi de 0,6% para 10,4% em 1970. Esses e outros dados confirmam o percurso político-econômico que o país percorreu em decorrência das intenções dos poderes no período que cerca o golpe militar. Ao final dessa breve apresentação, é possível compreendermos que o período da década de 1960 foi marcado fortemente pelas intenções de poderes políticos que agiam no interesse pelo poder.

Referências Bibliográficas:

PIRES, M. C. Economia brasileira da colônia ao governo Lula. São Paulo, Saraiva, 2010.

SOARES, F. Economia Brasileira: Da Primeira República ao Plano Real. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GONÇALVES, R.  *Herança e ruptura*: cem anos de história econômica e propostas para
mudar o Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.